



## ATA n.º 032/2016

KR

Ata da vigésima oitava sessão ordinária do ano dois mil e dezesseis da Câmara Municipal de Inácio Martins, realizada às dezenove horas do dia cinco de setembro, com a ausência do Vereador JOÃO ARTUR CAVASSIN. Iniciado o **EXPEDIENTE** solicitando ao primeiro secretário procedesse a leitura da ata da sessão ordinária do dia vinte e nove de agosto, que foi aprovada sem ressalvas. Em seguida constou a leitura da Indicação de Serviço n.º 009/2016 da Vereadora Rita Taborda solicitando "readequação das Ruas Dom Pedro II e Barão de Capanema e implantação do Sistema de esgoto nas mesmas, despachada para o executivo; do Edital de Convocação para realização de Audiência Pública de Avaliação de Metas do segundo quadrimestre de 2016 a ser realizada no dia dezenove de setembro às dezoito horas, no plenário da Câmara Municipal, ao qual o presidente determinou sua publicação e notificação do executivo, e do Ofício n.º 443/2016 da 3.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Irati comunicando a realização de Correição Ordinária pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná a ser realizada nos dias 14 a 16 de setembro de 2016. Na **TRIBUNA** o Vereador **GILNELSON** usou a palavra para comentar um fato ocorrido durante a semana anterior justificando a sua fala em sessões anteriores e que foi circulada nas redes sociais quando alertava para a situação financeira do município, dizendo das dificuldades que o município vivia pelos problemas que atravessava, e na ocasião foi muito questionado nas redes sociais por alguns fakes que diziam que estava mentindo e o que dizia era apenas politicagem. Falando isso contou que foi procurado por vários funcionários que tinham recebido um aviso da Caixa Econômica Federal, o qual também tinha recebido, e o mesmo dizia que o empréstimo consignado contraído pelos servidores encontrava-se pendente de pagamento e solicitava regularizar com urgência sob pena de adoção das medidas previstas no contrato, e caso o valor das parcelas tivesse sido debitado no contra cheque deveriam comparecer até a agência no prazo de quinze dias corridos portando os documentos que comprovassem o débito a fim de evitar que tivessem o nome incluído no cadastro restritivo. Disse que não trouxe isso apenas para dizer que devia para a Caixa Econômica ou que os funcionários deviam e sim para comprovar que o que falava naquele dia era verdade; que o município estava numa grave crise financeira e estava atravessando um problema sério de finanças e isso não era só de sua competência, pois a fiscalização dos gastos públicos cabia a todos os vereadores, inclusive os vereadores da base do prefeito, e era preciso que se fizesse alguma coisa, pois o município teria consequências gravíssimas para quem fosse o próximo prefeito, e não estava falando para denegrir a imagem de ninguém e sim para defender o patrimônio público, aquilo que era mais importante como a manutenção dos serviços de atendimento na saúde, educação e estradas que eram tão importantes. Em aparte o Vereador Osvaldir pediu para explicar como funcionava o tramite desses descontos o qual foi explicado pelo orador que esses valores eram descontados da folha de pagamento e num dia específico o município teria que fazer o repasse desses valores para a Caixa Econômica, referentes aos empréstimos consignados, e



# Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

171

(12)

nesse caso teria sido procurado por mais de trinta funcionários, todos nervosos com a situação. Disse que não estava de brincadeira com isso e não queria o mal de ninguém, mas a fiscalização fazia parte de suas vidas e era preciso que todos os vereadores fizessem alguma coisa para estancar esse gasto que não poderia continuar da forma como estava sendo feito e insistia em dizer que o próximo gestor teria inviabilizada a sua gestão pois conhecia o funcionamento da máquina pública e sabia o que era fazer economia no município e como isso funcionava, por isso o que estava falando era muito sério. Encerrou sua fala dizendo que falava isso, pois fazia parte de sua função como vereador, expor os fatos e o que estava acontecendo, e que era comprovado o que estava acontecendo no Portal da Transparência que mostrava como estava a situação financeira do município. Na **ORDEM DO DIA** nada constou para votação. Iniciando a **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **OSVALDIR** falou em relação ao debate ocorrido no dia trinta de agosto dizendo que foi proveitoso, mas um pouco pobre de propostas e de visão de futuro por parte dos candidatos e como um dos candidatos já tinha sido e outro era o atual prefeito bateram muito naquilo que já foi feito, a discussão ficou em torno disso, e o tempo muito restrito não deu para puxar para as propostas futuras, mas num apanhado geral foi bom e deu para o povo entender bem quem estaria mais preparado para dar continuidade à gestão do município. O Vereador **LAURICI** igualmente falou sobre o debate o qual acompanhou pela rádio dizendo que gostaria de ter vindo pessoalmente, mas como sua família gostaria de ter vindo junto e tendo ficado sabendo que o acesso seria restrito achou que não seria legal de sua parte deixar sua família em casa, pois queriam vir assistir, assim como o povo em geral gostaria de ter assistido, mas não teriam acesso. Deixou seu questionamento com relação a cessão de um espaço público sabendo da importância do debate e da importância de se ter um controle das pessoas em um espaço físico até por questões de segurança, mas por se tratar de um espaço público, uma casa do povo, o povo teve que ficar na rua, e por questões de normas estabelecidas pela própria emissora que fez o debate sabia que não caberia todos aqui dentro, mas deixou o questionamento se isso era ou não correto, e que isso era também uma justificativa por não ter estado presente pois durante o debate foi citado o nome de cada vereador que estava presente. Comentou que no dia anterior se fez presente na festa da comunidade da Coloninha em que também estavam outros vereadores prestigiando o evento onde puderam ver a organização daquela comunidade, dizendo ainda que por também fazer parte da organização de uma capela procurava participar até para pegar algumas coisas de exemplo e que pudessem utilizar em sua comunidade. Nada mais havendo a ser tratado o presidente declarou encerrada a sessão e convocou nova sessão ordinária para o dia doze de setembro no horário regimental, ficando lavrada a presente ata, que após lida e achada de conformidade segue assinada pelos vereadores presentes.